

Turismo e população ameaçam Juréia

Aos 15 anos, estação ecológica que protege mata atlântica se confronta com o entorno

MAURA CAMPANILI

PERUIBE – Motivo de uma das primeiras grandes movimentações de ambientalistas pela mata atlântica, a Estação Ecológica Juréia-Itatins foi criada pelo Estado em 1987 para ser um modelo de unidade de conservação em São Paulo. Sua criação salvou uma das mais importantes e bonitas porções do litoral paulista de se transformar em loteamento de luxo para 70 mil pessoas ou em usina nuclear.

Os quase 600 km² da reserva representam um dos últimos remanescentes de mata atlântica preservados em todo o Estado e abrigam uma das maiores diversidades de ecossistemas, com restingas, manguezais, florestas de planície e mata densa e úmida de encosta.

Parte do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia, no Vale do Ribeira, a Estação Ecológica representa quase 10% das unidades de conservação estaduais e é o principal destino para pesquisadores da flora e da fauna da mata atlântica.

Apesar disso, nunca se efetivou integralmente como estação ecológica (com uso exclusivo para preservação e pesquisa). O principal problema foi uma premissa errada em sua origem: criou-se uma unidade de conservação de restrição máxima em uma região com várias comunidades e grande fluxo de turistas.

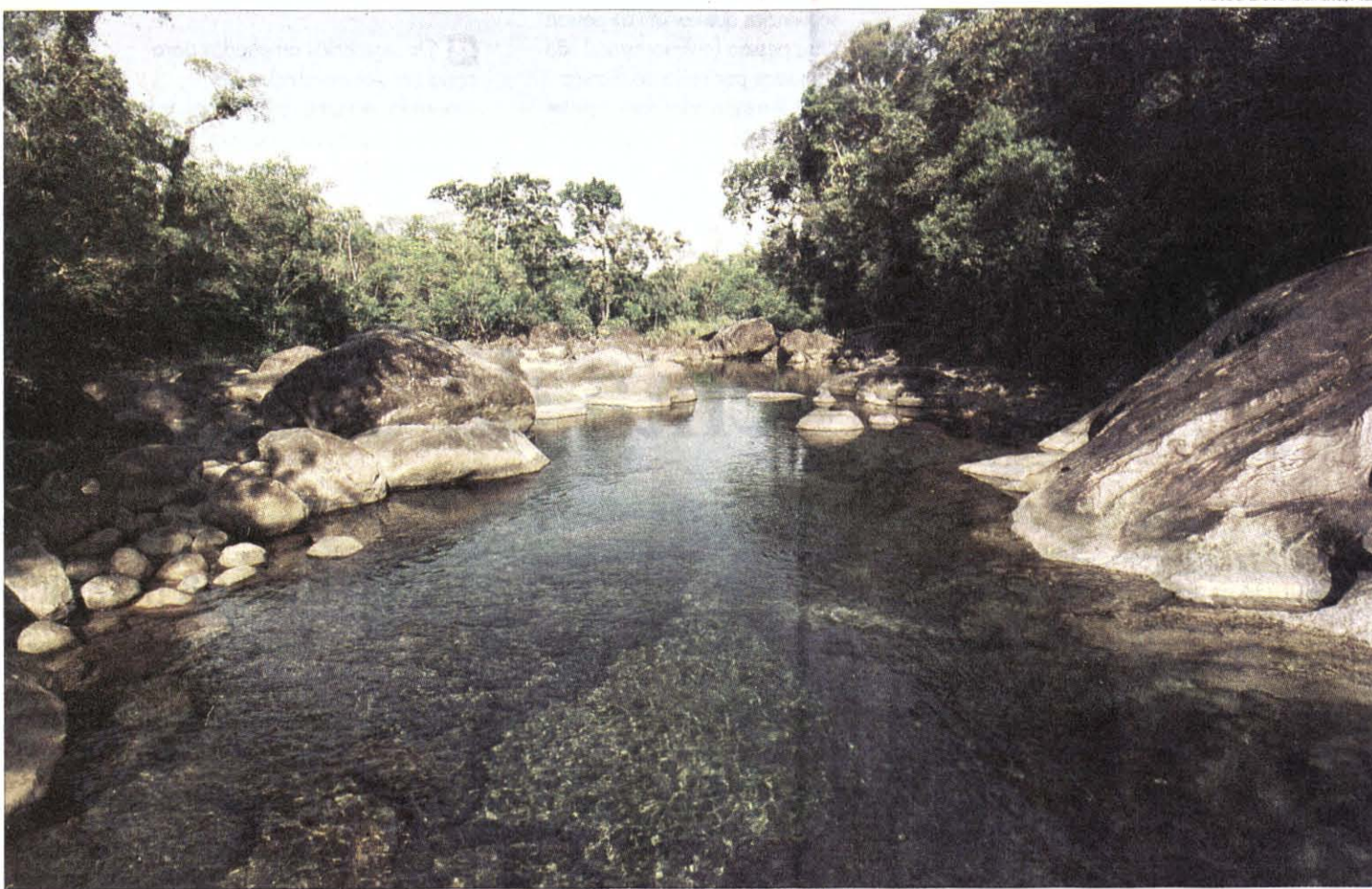
Sem conseguir resolver os problemas fundiários, o governo administra uma reserva de uso restrito, sem ter como retirar os moradores – a maior parte com direito legítimo de permanecer no local. Eles não podem, porém, praticar suas atividades tradicionais nem reformar as casas.

O turismo é proibido, mas pouco controlado, pois não há recursos para tanto. Para complicar, a Funai pôs índios morando no local, com permissão de fazer o que os demais não podem: plantar e retirar da floresta palmitos e bromélias para subsistência. Na prática, significa abastecer feiras e fábricas clandestinas da região.

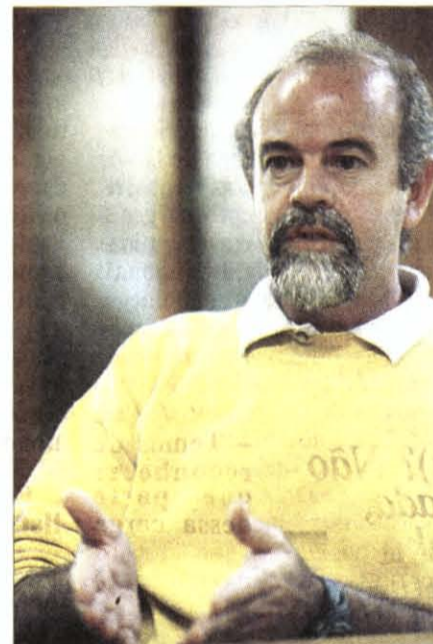
Ações – Segundo Joaquim do Marco Neto, diretor da estação ecológica desde 1995, a questão fundiária é um dos maiores problemas. “Menos de 15% da área pertence ao Estado”, explica. Desde 1992, dezenas de processos expropriatórios estão em andamento, atingindo as grandes glebas, que têm documento. “Esses processos não foram concluídos, pois os donos exigem valores superiores aos oferecidos pelo Estado e há sobreposição de áreas. Mas o governo conseguiu reverter várias ações com indenizações discrepantes, o que congelou a situação.”

Quanto aos moradores, Marco diz haver 360 famílias. Impedida de expandir agricultura, construir ou abrir áreas para visitação, essa população empobreceu e se descaracterizou. Para o diretor, a descaracterização da cultura ocorre também aos moradores do entorno. “Se não houvesse a reserva, esse processo seria mais rápido”, defende.

Administrada pelo Estado, a estação ecológica abriga a Área de Relevante Interesse Ecológico Federal (Arie) da Ilha do Ameixão e o Maciço da Juréia, que é tombado. Além disso, está dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) de Cananéia, Iguape e Peruíbe, também federal, e faz parte da Reserva da Biosfera



Curso d'água na Estação Ecológica Juréia-Itatins: reserva de 600 km² é um dos últimos trechos preservados de mata atlântica em SP



Muitas espécies de pássaros habitam o variado ecossistema da estação, dirigida por Joaquim do Marco Neto (acima): responsável diz que prefeitos da região contribuem pouco para preservar a área



Ducília e Claudino dos Santos são caseiros de uma propriedade ao norte da estação: imóvel fica perto de uma das 'pontes do Maluf' (à esq.)

da Mata Atlântica da Unesco. “Com tudo isso, é considerada o principal atrativo turístico pelos prefeitos da região, que, no entanto, contribuem pouco para sua preservação”, afirma o diretor. Para ele, o entorno da estação tem grande potencial para turismo e projetos sustentáveis, que poderiam conseguir apoio das prefeituras.

Embora complexos, os problemas na Juréia ocorrem em porcentagem pequena de área. Segundo Marco, apenas 5% da estação tem população. Mas as pressões sobre a reserva são diversas e vão de mudar sua categoria, para permitir a presença de moradores e turistas.

O Instituto Florestal, a quem a estação é subordinada, tenta criar um conselho consultivo para a Juréia, com representantes de moradores da estação e do entorno, prefeituras, governo estadual e ambientalistas. Foram realizadas duas reuniões, mas ainda não se definiu a representatividade de cada segmento.

Participante da criação da es-

tação ecológica, o ambientalista João Paulo Capobianco, coordenador do Instituto Socioambiental (ISA), acredita que a unidade tem um problema: a necessidade de dar alternativas à população tradicional. “Mas isso não pode ser argumento para reverter uma das maiores vitórias do ambientalismo paulista.”

Oásis – Com a mata atlântica desaparecendo a um ritmo de 3,5 campos de futebol por dia, a Juréia é um oásis de biodiversidade a serviço da ciência. Desde 1999, 56 pesquisas foram desenvolvidas no local.

A maior parte da estação é considerada área de extrema relevância para a conservação. Entre as espécies em extinção que ali vivem estão a jacutinga, o gavião-de-penacho, o sabiá-cica e a choca-da-taquara (uma das aves mais

raras da mata atlântica).

Mas a paz que a paisagem invoca é aparente. Além de expulsar a maior parte dos moradores tradicionais – permanecem menos de dez famílias, que precisam de autorização até para receber visitas –, a proibição de acesso barrou um caminho histórico e cultural da região, que liga Peruíbe a Iguape. Pela Trilha do Imperador, peregrinos faziam procissões anuais. Hoje, esses eventos religiosos dependem de autorização e da boa vontade da administração.

O fechamento da trilha é motivo de protestos das autoridades municipais e da população de Iguape. “Queremos que as pessoas continuem entrando e conhecendo a Juréia, pois acreditamos que moradores e visitantes têm direito de ir até o Rio Verde. É um costume secular, que pode ser feito de manei-

ra ordenada”, diz Liliam Rochoael, da Associação de Monitores Ambientais de Iguape (Amai). “Cobramos uma taxa porque desenvolvemos educação ambiental e controlamos a limpeza na Praia da Juréia. Nunca ultrapassamos o limite permitido. São 60 ou 90 visitantes por dia.”

Esse acordo, porém, é contestado pela entidade ambientalista Eco Juréia, com o argumento de que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação proíbe visitação pública em estação ecológica. “O turismo vem se implantando no Morro da Juréia e o turismo clandestino avança além do Rio Verde”, diz Walter da Silva, presidente da entidade.

De acordo com Marco, acaba de ser iniciado um levantamento técnico que vai determinar a capacidade de suporte da trilha. Na sua opinião, a região do Rio Verde não deve ser aberta ao público, “pois é uma área riquíssima em biodiversidade, única no Estado”. (Agência Estado)

Comunidade procura novas alternativas

Moradores tradicionais começam a criar outras relações com a unidade de conservação

IGUAPE – A família do caçara Leopoldo da Silva Neves mora na região do Rio Verde há gerações. “O meu avô era dono do Grajaúna, com documento da Sesmária. Por falta de dinheiro, ele vendeu a faixa da praia para grileiros, para legalizar a parte dos fundos, da qual temos escritura. Mas está congelada por conta da estação”, conta.

Neves mora com a mulher e uma filha, já que os outros quatro filhos foram para a cidade, em busca de trabalho. Seus pais também moram no local, vivem de aposentadoria rural e trabalham na roça de mandioca, como as demais famílias remanescentes. Atualmente, ele é o encarregado do Núcleo Rio Verde e se sente um privilegiado. “Aqui o acesso é feito apenas por barco e só entra quem tem cadastro ou autorização. Para mim, que tive a felicidade de ser contratado, está tudo bem, mas muitos tiveram de sair. A maior parte foi para Peruíbe. Foram sem nada, pois a maioria das propriedades tinha sido comprada de posseiros”, conta.

Antes do Estado, Neves trabalhou para os proprietários da área e para a Nuclebrás. “Era encarregado do serviço de campo e motorista. Gosto daqui e espero poder ficar, mesmo depois de me aposentar. Mas não tenho muita esperança de receber a indenização pelas minhas terras. Quem já tem dinheiro vai receber primeiro, pois tem como brigar.”

Jovens – Nascido na Barra do Ribeira, bairro vizinho à Estação Ecológica em Iguape, André Luiz Ferreira da Silva, de 22 anos, é um dos pioneiros na monitoria ambiental na Praia da Juréia, onde predomina o turismo de segunda residência ou

de um dia. Segundo conta, o trabalho dos monitores da Amai é também uma parceria com a Associação de Jovens da Juréia, formada por moradores e ex-moradores da Estação. “Em 1986, todos os meios de vida da população da Juréia foram cortados e não puderam mais fazer o que seus antepassados faziam. Por isso, as pessoas foram saindo e muitos vieram para a Barra do Ribeira.”

Segundo Silva, a comunidade não foi chamada para participar da criação da reserva e foi totalmente desagregada depois dela. “Contrataram moradores para ser guarda-parque, causando conflitos ainda maiores, pois era compadre fiscalizando compadre, abrindo panela para ver se estava caçando. Mas temos exemplos vivos mostrando que de onde o morador sai, o local é mais degradado, invadido por palmeiros, pois a fiscalização não dá conta.”

Ducília dos Santos, de 62 anos, e Claudino dos Santos, de 67, são hoje caseiros de uma propriedade, ao norte da Estação Ecológica Juréia-Itatins. A casa, deteriorada, pois não é permitido reformas, fica na frente do esqueleto de uma das duas pontes iniciadas na época em que o governo estadual pretendia asfaltar a estrada. Conhecidas como “pontes do Maluf”, os esqueletos são um símbolo do que poderia ser hoje a região: progresso para uns, destruição ambiental para outros. (M.C.)

TURISMO É PROIBIDO, MAS POUCO CONTROLADO